

MISERICÓRDIA SETÚBAL



RELATÓRIO E CONTAS 2025



“Substituí os medos pelos sonhos,
não sejais administradores de medos,
mas empreendedores de sonhos!”

Papa Francisco, JMJ, Lisboa 2023



ÍNDICE

1 – Corpos Sociais	4
2 – Apresentação da Instituição	5
3 – Relatório de Gestão	6
4 – Balanço	26
5 – Demonstração de Resultados	27
6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	28
7 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	29
8 – Anexo às Demonstrações Financeiras	31
9 – Demonstração dos Resultados por Valências	49
10 – Certificação Legal de Contas	50
11 – Parecer do Definitório	53



1 – CORPOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal foram eleitos a 16 de Novembro de 2023 e tomaram posse no dia 11 de Janeiro de 2024. No dia 27 de Novembro de 2025, foi eleita a nova Presidente da Mesa da Assembleia Geral, devido a falecimento do Irmão que desempenhava estas funções.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Maria Manuela de Noronha Gamito Beija Malhador
Vice-Presidente – Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva
Secretário – José Manuel Costa Valério

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor – Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira
Vice Provedor - Paulo Jorge Silva dos Santos
Vice Provedor / Tesoureiro - Paulo Rui dos Santos Reinho Valdez
Secretário – Eurico Loureiro Gomes

Mesários Efectivos:

José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro
Daniela dos Santos Silva
João António Ramos Braga
Norberto Pires Gomes
Paula Margarida Nunes Botelho
Mónica Raquel Machado Diogo Assembleia Froes
José Manuel Gonçalves Almeida

Mesários Suplentes:

Paulo Jorge Silva Pisco
Paulo Alexandre Cruz Lopes
António Cândido de Almeida Teixeira
José Luís da Costa Resende

DEFINITÓRIO:

Presidente – Pedro Manuel Moreira da Conceição
Vice-Presidente – Fernando Manuel Monteiro
Secretário – Rui Manuel Cardoso Ferreira de Melo

Suplentes

Pedro Miguel Alves Fidalgo Sergio
Maria José Nunes Pais da Silva



2 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, reconhecida por Provisão do Rei D. Manuel I, de 2 de Abril de 1500, é uma Associação de Fiéis, com personalidade Jurídica Canónica e Civil. É, também, uma entidade da *Economia Social*, com Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Os seus fins são consignados à prática tradicional das *Catorze Obras de Misericórdia*, quer corporais quer espirituais, dispondo-se a desenvolver atividades de intervenção social na comunidade em que está inserida, nomeadamente:

- O apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Apoios à família e comunidade em geral;
- Promoção da Saúde e prestação de cuidados curativos, de reabilitação e reintegração;
- Exploração e manutenção de unidades de cuidados paliativos especializados de saúde;

Quando cumpra critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013 de 17 de Abril, do Parlamento Europeu e Conselho, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pode assumir a natureza de empresa social, para efeitos de fornecimento de bens e serviços sociais a pessoas marginalizadas ou vulneráveis, desfavorecidas ou excluídas, no âmbito de acção em empreendedorismo social.

Por estar também consignada à natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, cumpre-lhe igualmente, agir no sentido da defesa do seu património edificado e móvel, adquirido ao longo da sua existência, nas suas vertentes cultural e artísticas, religiosas e civis, bem como, na salvaguarda dos seus aspectos material e imaterial.

A sua **Missão** consiste assim, através das *Respostas Sociais* em execução, em assistir os Indivíduos que se encontram em situação de carência ou disfunção social, permanente ou temporária, atendendo aos princípios da dignidade humana, da família, da corresponsabilidade e entreatjada.

A sua **Visão** consiste em ser a instituição de referência em respostas sociais especializadas e plurisectoriais, distinguindo-se no universo das restantes IPSS's existentes na comunidade/Região em que está inserida.

Os seus **Valores** permanecem alocados à sua tradição fundacional, designadamente, da Caridade Cristã, traduzida na enunciação e prática das 14 Obras de Misericórdia, e bem assim, consignados à solidariedade, dignidade, equidade e tolerância sociais.



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal vem nos termos da Lei e do seu Compromisso, apresentar o Relatório de Gestão e as Contas do ano de 2025.

Estamos conscientes das dificuldades que temos vindo a enfrentar, resultantes dos sucessivos sobressaltos da última década: a crise financeira, a pandemia, as guerras na Ucrânia e no Médio Oriente e, mais recentemente, a instabilidade política, tanto a nível nacional como internacional.

Contudo, temos, com o empenho de todos, procurado sempre atingir os objetivos que são definidos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, em cada ano.

Conforme temos evidenciado, a nossa grande preocupação tem residido na sustentabilidade da nossa instituição.

A sustentabilidade económica e financeira assume um papel decisivo nesta avaliação. Contudo, esta noção de sustentabilidade não se esgota fora do âmbito das políticas públicas, que se pretendem coerentes e contínuas ao longo do tempo, nem da necessária afirmação social, cujo impacto afeta a vida de muitas famílias e de inúmeras instituições como a nossa.

Esta ideia precisa, ao mesmo tempo, de assentar em princípios de rigor e de transparência permitindo, assim, ao coletivo observar o cumprimento das Catorze Obras de Misericórdia na linha da moderna doutrina social da Igreja.

Neste contexto, procuramos acelerar as reformas estruturais necessárias à Misericórdia de Setúbal a fim de preparar a instituição para a actual conjuntura que atravessamos.

No primeiro trimestre de 2025 foi assinado um novo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, celebrado entre o Governo, a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa. Este compromisso estabeleceu o custo médio real de funcionamento das respostas sociais em 1.629,15 €, podendo atingir 1.873,52 € por utente.

No que respeita à performance da SCMS no exercício de 2025 apresenta um resultado líquido do período de 101.844,85 Euros. As receitas operacionais cifraram-se nos 6.577.678,82 Euros, o EBITDA fixou-se nos 454.287,06 Euros e com um Cash Flow de 393.242,13 Euros.



3.1 - Gestão Administrativa e Financeira

A SCMS dispõe de um conjunto de respostas sociais que intervêm em áreas e contextos distintos. Esta diversidade exige um controlo de gestão mais rigoroso e detalhado. Paralelamente, os custos dos serviços partilhados são segregados de forma a poderem, posteriormente, ser imputados às diferentes valências, de acordo com as respetivas percentagens, definidas tendencialmente em função dos recursos efetivamente consumidos.

3.1.1 - Direção Financeira

A Direção Financeira tem como missão assegurar a sustentabilidade económica e financeira da SCMS, através do planeamento e controlo financeiro e contabilístico, bem como do cumprimento das obrigações legais e fiscais. Garante ainda a prestação de contas e o reporting da informação necessária para o apoio à decisão.

Compete-lhe assegurar a Contabilidade e Fiscalidade, a gestão das contas a pagar e a receber, a concentração e racionalização dos pagamentos, a gestão dos recursos financeiros, o controlo da faturação, o estabelecimento de regras que promovam a uniformização dos critérios contabilísticos e fiscais, bem como a gestão integrada da carteira de seguros da SCMS.

A Direção Financeira contribui igualmente para o desenvolvimento sustentável das atividades da instituição e para o reforço da cultura de controlo interno, através do sistema de controlo de gestão.

No âmbito das suas funções, exerce ainda o controlo das compras, garantindo que a criação de valor permanece no centro da sua atuação, maximizando a satisfação dos clientes internos, ao mesmo tempo que assegura o cumprimento rigoroso do orçamento aprovado.

Procede também à análise das contas correntes e das suas variações, permitindo aferir com clareza a contribuição de cada Centro de Resultado para a libertação de fundos (cash-flow).

Em termos de headcount, a equipa da Direção Financeira é constituída por 4 elementos.

3.1.1.1 - Contabilidade e Fiscalidade

A área de Contabilidade e Fiscalidade é responsável por garantir o cumprimento rigoroso das obrigações contabilísticas e fiscais perante as entidades que supervisionam a atividade da SCMS. Entre estas entidades incluem-se o Revisor Oficial de Contas, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, entre outras.

A operacionalização desta área, bem como das respetivas responsabilidades, é devidamente articulada e supervisionada pela Comissão Executiva da SCMS, assegurando a conformidade, a transparência e a fiabilidade da informação prestada.

Como tarefas principais salientamos:

- Apresentação de contas mensais;
- Apresentação de contas anuais (elaboração de relatório de contas e Anexo com vista à certificação pelo Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas);



- Apresentação mensal de contas previsionais;
- Elaboração e entrega de declarações fiscais (mensais e anuais);
- Contabilizações diversas – especializações de gastos e rendimentos e conferências de contas;

3.1.1.2 – Tesouraria

A área da Tesouraria é responsável pela gestão e otimização dos recursos financeiros da SCMS, através da monitorização e controlo das Caixas e das Contas Bancárias.

Assegura a execução dos procedimentos necessários para garantir que todos os pagamentos e recebimentos do universo SCMS são realizados e contabilizados de forma otimizada, controlada, uniforme e transversal.

Compete ainda à Tesouraria, sob orientação da Comissão Executiva, controlar e disponibilizar informação atualizada sobre os ativos financeiros da Instituição, bem como assegurar a sua adequada rentabilização.

O Orçamento Mensal de Tesouraria é elaborado com base na informação disponibilizada pelas várias áreas que intervêm nos fluxos financeiros, sendo responsabilidade da Tesouraria acompanhar, analisar e apurar os respetivos desvios.

3.1.1.3 – Faturação

A área da Faturação é responsável pela faturação backoffice, realizada nos Serviços Partilhados e Corporativos.

Está organizada em 2 grupos: “Saúde” e “Não Saúde”.

No âmbito da faturação “Saúde” as tarefas essenciais são a emissão de faturas relacionadas com a atividade da Clínica, destacando-se a seguinte faturação:

- Acordo Contrato-Programa –UMP;
- Acordos com diversos Subsistemas;
- Acordo com Seguradoras;
- Acordo com a Unidade Local Saúde Arrábida;
- Particulares.

No âmbito da faturação “Não Saúde” são emitidas faturas relacionadas com as áreas do Património e Social, entre outras:

- Património: Processamento mensal das faturas de rendas;
- Social: Processamento mensal dos serviços prestados aos utentes dos Lares e Apoio Domiciliário;
- Outros: Faturação relacionada com a atividade de outras áreas da Instituição (Quotização de Irmãos; Cemitério/ossários).



3.1.2 - Recursos Humanos

No ano de 2025, o quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal manteve uma composição globalmente estável. A instituição registou um total de 247 colaboradores, número que representa uma ligeira variação face ao ano anterior, no qual se contabilizavam 248 colaboradores. Esta variação traduz-se numa diminuição residual de um trabalhador, não tendo impacto significativo na estrutura funcional da organização.

Para além dos colaboradores do quadro, a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal contou ainda com 43 prestadores de serviço, número que se manteve inalterado relativamente ao ano precedente. A estabilidade observada reflete a continuidade das dinâmicas operacionais e o equilíbrio na gestão dos recursos humanos. Representado na tabela seguinte:

Ano	Tipo de vínculo	Contrato de trabalho sem termo	Contrato de trabalho a termo certo	Contrato de trabalho a termo incerto	Contrato de Prestação de serviços	Total
2024 (1)		214	20	14	43	291
2025 (2)		207	23	17	43	290
Var.=(2)-(1)		-7	3	3	0	-1

No que respeita ao vínculo laboral, verifica-se que a modalidade predominante permanece o contrato de trabalho sem termo, representando 84% do total de colaboradores. Seguem-se os contratos a termo certo, que correspondem a 9%, e os contratos a termo incerto, que perfazem 7% do efetivo.

Valência	Pessoal ao serviço a 31/12/2025	Pessoal ao serviço a 31/12/2024
ADMINISTRAÇÃO	18	18
PATRIMÓNIO	4	4
CLINICA	10	11
SERVIÇO DE SAÚDE		4
LAVANDARIA/ROUPARIA	6	6
COZINHA	1	13
CENTRO APOIO A IDOSOS DEPENDENTES	50	52
CAID - APOIO DOMICILIÁRIO	19	17
LAR DR. PAULA BORBA	41	39
LAR ACÁCIO BARRADAS	30	23
CENTRO DE APOIO À TERCEIRA IDADE	44	40
CATI -APOIO DOMICILIÁRIO	2	3
Total	225	230

A 31 de dezembro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal registou uma diminuição do número de trabalhadores efetivamente ao serviço face ao ano anterior, passando de 230 colaboradores em 2024 para 225 em 2025, o que representa uma variação de -5 trabalhadores.

Este apuramento considera exclusivamente os trabalhadores presentes ao serviço, excluindo as situações de ausência superiores a 30 dias, em conformidade com os critérios definidos no Relatório Único.



A análise comparativa do quadro de pessoal evidencia movimentos significativos em diversas categorias profissionais, refletindo ajustamentos estruturais, reorganização de serviços e alterações operacionais ocorridas ao longo do ano.

PROFISSÃO	2025	2024
Administrativos	7	11
Ajudantes de cozinha	1	7
Ajudantes de Lar e Centro de dia	86	78
Ajudantes familiares	20	21
Animadora Sociocultural	4	3
Carpinteiro	1	1
Cozinheira		4
Diretores	6	5
Economo		1
Empregado de refeitório	16	18
Encarregada de Sector	6	6
Enfermeiro/a	7	6
Enfermeiro coordenador	1	1
Engomador	6	6
Farmacêutica	1	1
Fisioterapeuta	4	4
Motorista	2	2
Operador computador	1	1
Pintor	1	1
Técnica Administrativa/o	4	2
Técnica de recursos humanos	1	1
Técnico/a Superior Administrativo	4	6
Técnico Superior de Serviço Social	2	2
Técnico auxiliar de fisioterapia	2	2
Terapeuta Ocupacional	2	2
Trabalhador dos serviços gerais	40	38
TOTAL	225	230

As reduções observadas estão maioritariamente associadas a reorganizações de serviço, externalização de respostas ou substituição tardia de ausências prolongadas.

No conjunto, as alterações mantêm a estabilidade do quadro global, enquanto alinham os recursos humanos com as necessidades efetivas das valências e respostas da instituição.

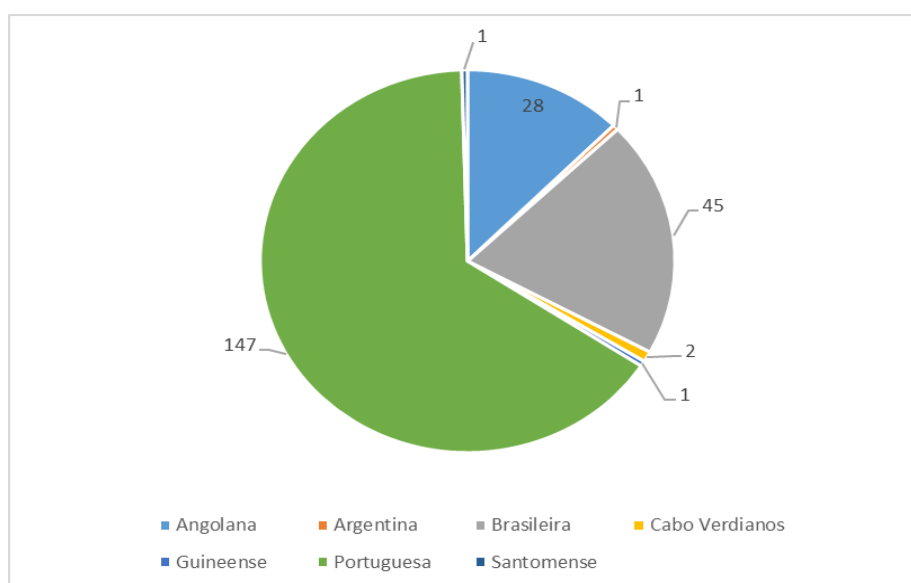
A distribuição, por género, dos colaboradores da SCMS, em 2025, apresenta uma disparidade uma vez que o diferencial entre géneros é de 207 colaboradores do sexo feminino e de 18 do sexo masculino, correspondendo a uma percentagem de 92% de mulheres e de 8% para os homens.



Da análise da tabela, constata-se que 64 dos 225 colaboradores têm mais de 55 anos. A estrutura etária apresenta uma mediana nos 45–49 anos e uma idade média ponderada de 47 anos, refletindo uma força de trabalho globalmente madura e experiente.

Estrutura Etária (em 31 de dezembro)	Homens	Mulheres	Total
Até 24	2	5	7
25-29	1	9	10
30-34	2	22	24
35-39	1	20	21
40-44	1	28	29
45-49	2	35	37
50-54	1	32	33
55-59	3	25	28
60-64	2	24	26
65-69	2	4	6
70 e mais	1	3	4
Nível médio etário:		47	
Nível médio etário masculino:		48	
Nível médio etário feminino:		47	

Em 2025, o universo de colaboradores da instituição manteve uma composição marcadamente multicultural, integrando profissionais de diversas origens nacionais. A nacionalidade portuguesa constitui a maioria expressiva do efetivo, com 147 colaboradores, equivalente a grande parte do total. Paralelamente, regista-se a presença significativa de colaboradores oriundos do Brasil (45) e da Angola (28), refletindo a diversidade cultural característica do setor social e da região.





S.C.M.S. - Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

No ano de 2025 ocorreram 84 admissões, registando-se um aumento de 17 contratos face ao ano anterior, o que representa um acréscimo de 25%. A distribuição por modalidade contratual demonstra que a maioria corresponde aos contratos de trabalho a termo incerto (40), seguindo-se os contratos a termo certo (23) e os contratos sem termo (21). Em média, foram celebrados 7 contratos por mês, considerando todas as modalidades.

	Contrato de trabalho sem termo	Contrato de trabalho a termo certo	Contrato de trabalho a termo incerto	Total
2024(1)	20	30	17	67
2025(2)	21	23	40	84
Total(2)-(1)	1	-7	23	17

Durante o período em análise, registaram-se 84 cessações de contrato, maioritariamente nas áreas operacionais, onde se concentra o maior volume de recursos humanos. Este valor corresponde a menos 30 cessações face ao ano anterior.

Quanto aos motivos de cessação, destaca-se a caducidade de contrato (40%), seguida da resolução por iniciativa do trabalhador (30%), da denúncia no decurso do período experimental, e ainda a reforma, que representa 10% das cessações.

Motivo	2025 (1)	2024 (2)	Var=(1)-(2)
Caducidade	34	21	13
Reforma	9	7	2
Falecimento	0	0	0
Despedimento iniciativa Empregador - Justa Causa	0	1	-1
Denúncia no decurso do período experimental	15	5	10
Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador	26	20	6
	84	54	

3.1.2.1 – Saúde e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2025 registaram-se 20 acidentes de trabalho, mais 12 acidentes do que no ano de 2024.

		TOTAL	Dias perdidos				
			Sem baixa	de 1 a 3 dias de baixa	de 4 a 30 dias de baixa	superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº de acidentes de trabalho em 2025	H	1			1		
	M	19			17	2	
Nº de dias de trabalho perdidos em 2025	H	8			8		
	M	468			314	154	
Nº de dias de trabalho perdidos em 2025, mas na sequência de acidentes ocorridos em 2024	H	0					
	M	0					

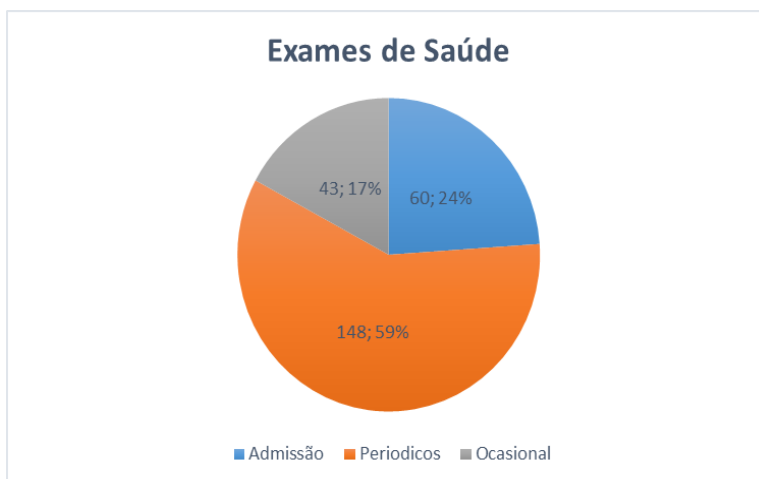


Em 2025 verificou-se um aumento do absentismo, associado sobretudo ao crescimento dos acidentes de trabalho, das auto declarações doença (ADD), das licenças sem vencimento e das ausências justificadas por doença ou por acompanhamento familiar.

Em sentido inverso, registou-se uma diminuição das baixas por doença natural e por doença profissional. Ainda assim, o absentismo manteve-se elevado, refletindo a continuidade de fatores estruturais que influenciam este indicador.

Descrição	2025	2024
Acidente de trabalho	2691:01:00	1576:15:00
Assistencia à família	1:00:00	54:04:00
Auto declaração	617:04:00	265:12:00
Falta injustificada	1054:08:00	323:46:00
Falta Justificada	1818:57:00	1258:59:00
Falta Justificada (greve)	68:14:00	0:00:00
Falta justificada não remunerada	1047:32:00	768:34:00
Formação	0:00:00	5:03:00
ITT- Assistencia à família	1117:38:00	1031:50:00
ITT- Doença Profissional	12758:03	15013:34
ITT-Gravidez de risco	2761:03:00	3637:50:00
ITT- Cód. Trab	173:20:00	0:00:00
ITT-Doença direta	0:00:00	0:00:00
ITT- Doença natural	33566:26:00	37107:41
Licença s/ vencimento	5269:20:00	3891:20:00
Licença nojo	187:53:00	509:00:00
Licença de casamento	0:00:00	0:00:00
Licença parental	1770:09:00	2669:03:00
Licença para A. Familiares	520:00:00	0:00:00
Prestação provas avaliação	0:00:00	34:21:00
Suspensão do trabalho	0:00:00	23:07:00
Total	19097:19:00	16048:24:00

No âmbito das atividades de vigilância da saúde dos trabalhadores, foram realizados 251 exames médicos, dos quais 59% corresponderam a exames periódicos, 24% a exames de admissão e 17% a exames ocasionais.





3.1.2.2 – Formação Profissional

Em 2025 realizaram-se quatro ações de formação, que totalizaram 2710 horas de formação, refletindo o compromisso da SCMS com o desenvolvimento contínuo das competências dos seus colaboradores.

	Gestão de stress e conflitos	Necessidades individuais em contexto institucional	Comunicação Interpessoal e Institucional	RGPC	Total
Nº Total de participantes	17	34	18	169	238
Nº total de horas	391	1558	425	336	2710

3.1.2.3 – Relações profissionais e de disciplina

Atualmente são 27 trabalhadores sindicalizados que descontam para as associações sindicais, menos 9 trabalhadores que 2024.

Durante o ano de 2025 foram instaurados cinco inquéritos internos, os quais deram origem à abertura a três procedimentos disciplinares. Estes processos enquadraram-se no cumprimento das normas internas e legais aplicáveis, assegurando o rigor, a transparência e a disciplina organizacional.

3.1.2.4 – Parcerias

Em 2025, a SCMS manteve parcerias com diversas entidades externas, conforme identificado na tabela infra, para a realização de estágios em contexto de trabalho. Estas parcerias permitiram aos estagiários adquirir e desenvolver competências profissionais em ambiente real de prestação de serviços, reforçando a qualificação e a preparação para o mercado de trabalho.

No âmbito destas iniciativas, foram realizadas 1 980 horas de formação, contribuindo de forma significativa para a promoção da integração profissional dos participantes.

AREA DE FORMAÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	TOTAL HORAS	VALÊNCIA
T. AUXILIAR DE SAUDE	ESCOLA PROFISSIONAL DE SETUBAL	450	CATI
T. AUXILIAR DE SAUDE	SA FORMAÇÃO	220	LAB
T. AUXILIAR DE SAUDE	SA FORMAÇÃO	220	CAID
T. AUXILIAR DE SAUDE	SA FORMAÇÃO	220	CAID
SECRETARIADO CLINICO	SA FORMAÇÃO	220	CMFR
SECRETARIADO CLINICO	SA FORMAÇÃO	220	CMFR
T. AUXILIAR DE FISIOTERAPIA	SA FORMAÇÃO	220	CMFR
T. AUXILIAR DE SAUDE	INSTITUTO NORFORMA	210	CAID



3.2 - Gestão do Património e Manutenção

3.2.1 - Manutenção e Conservação

Ao longo do ano de 2025, foi assegurada a continuidade dos procedimentos definidos no ano anterior, centrando-se a atuação na resolução das não conformidades que persistiam no âmbito do Património Operacional e de Rendimento. Este trabalho decorreu de forma consistente e revelou-se particularmente eficaz.

Requalificação e Manutenção de Instalações

Durante o ano de 2025, os Serviços de Obras e Manutenção das Instalações desenvolveram a sua atividade de acordo com os planos e o orçamento de Investimento, Conservação e Manutenção aprovados, atendendo igualmente às necessidades identificadas nos edifícios do Paula Borba, CATI, CAID e Acácio Barradas, de modo a assegurar o cumprimento do plano de manutenção dos equipamentos. O investimento realizado enquadra-se numa estratégia contínua de melhoria, orientada para a recuperação e adequação das nossas instalações, garantindo melhores condições de utilização. Pretende-se, assim, dar continuidade ao processo de adaptação e modernização que tem vindo a ser implementado na SCMS.

Aquisição e Manutenção de Equipamentos

CAID - Obras para transformação de sala em centro de formação da SCMS

CAID – Substituição aparelho de ar condicionado nos quartos particulares

CATI – Substituição aparelho de ar condicionado na sala dos enfermeiros

CATI – Aquisição de 2 caldeiras de condensação 115Kwa 3 depósitos de 500l e alteração do sistema de distribuição de águas quentes sanitárias dentro da sala técnica, introdução de sistema wi-fi para controlo dos equipamentos e temperaturas

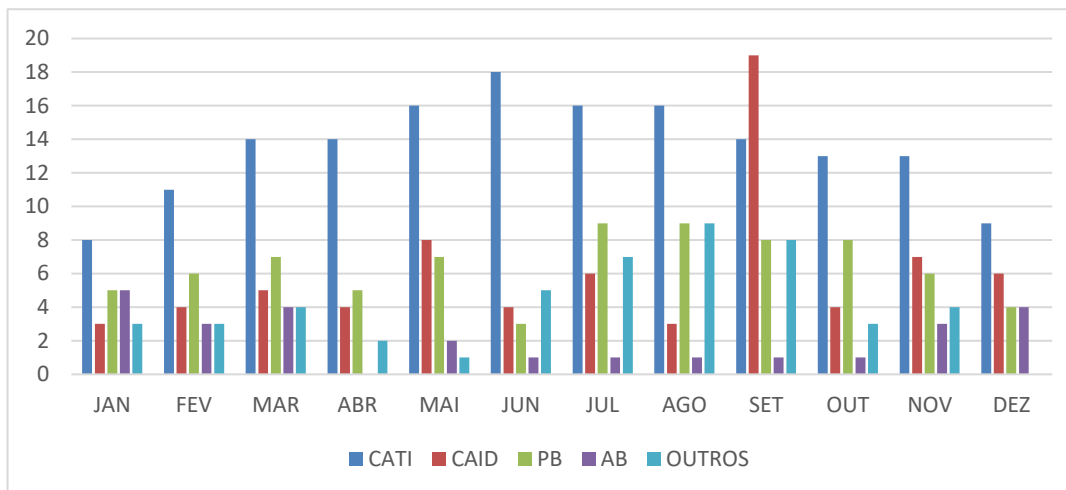
Manutenção da Gestão de Infraestruturas das Unidades Operacionais e do Património de Rendimento

- Pinturas gerais interiores nos ERPIs CATI e Paula Borba
- Manutenção de espaços verdes nos Lares
- Resolução de anomalias reportadas: Construção civil e instalações técnicas;
- Coordenação das empresas prestadoras de serviços de Manutenção preventiva e corretiva de todas as instalações técnicas;
- Realização de vistorias ao património de rendimento;
- Identificação e acompanhamento de manutenção corretiva e preventiva das instalações elétricas e equipamentos;
- Plano de Prevenção da doença do legionário e seu acompanhamento;
- Gestão da Manutenção Preventiva AVAC;
- Gestão da Manutenção Sistemas Automáticos de Deteção de incêndio (SADI);
- Acompanhamento da manutenção Preventiva dos Extintores;
- Gestão de manutenção e inspeções dos Elevadores das Unidades Operacionais;
- Organização e acompanhamento da Manutenção dos Sistemas de Intrusão;



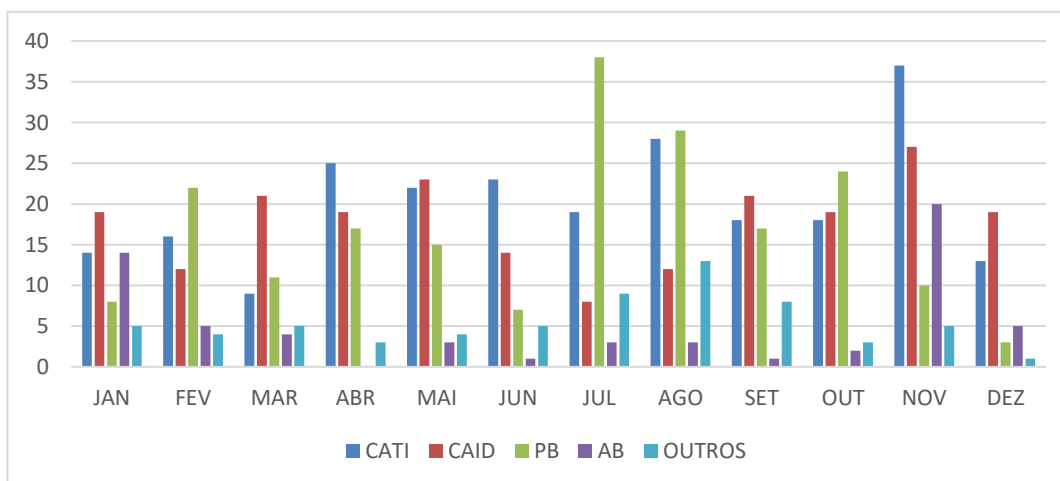
MAPA DE Nº DE PEDIDOS DE MANUTENÇÃO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CATI	8	11	14	14	16	18	16	16	14	13	13	9	162
CAID	3	4	5	4	8	4	6	3	19	4	7	6	73
PB	5	6	7	5	7	3	9	9	8	8	6	4	77
AB	5	3	4	0	2	1	1	1	1	1	3	4	26
OUTROS	3	3	4	2	1	5	7	9	8	3	4	0	49
TOTAL	24	27	34	25	34	31	39	38	50	29	33	23	387



MAPA DE Nº DE INTERVENÇÕES MANUTENÇÃO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CATI	14	16	9	25	22	23	19	28	18	18	37	13	242
CAID	19	12	21	19	23	14	8	12	21	19	27	19	214
PB	8	22	11	17	15	7	38	29	17	24	10	3	201
AB	14	5	4	0	3	1	3	3	1	2	20	5	61
OUTROS	5	4	5	3	4	5	9	13	8	3	5	1	65
TOTAL	60	59	50	64	67	50	77	85	65	66	99	41	783





3.2.2 - Arrendamento

No ano de 2025 o volume das rendas totalizou o valor de 96.460 €. Os serviços de manutenção e conservação vêm atuando sempre de forma responsável, com o objetivo de manter os edifícios arrendados nas melhores condições de habitabilidade, o que tem vindo a ser assegurado através de pequenas obras preventivas.

Relativamente às rendas em atraso, continuamos a desenvolver todas as diligências necessárias para a sua recuperação, tendo-se verificado, em 2025, uma redução do montante em dívida, comparado com os anos anteriores.

3.3 - Respostas Sociais

Ao longo do ano de 2025, a SCMS continua a defender e promover o respeito pelo indivíduo, satisfazendo as suas necessidades biopsicossociais, melhorando a sua qualidade de vida e promovendo o envelhecimento ativo.

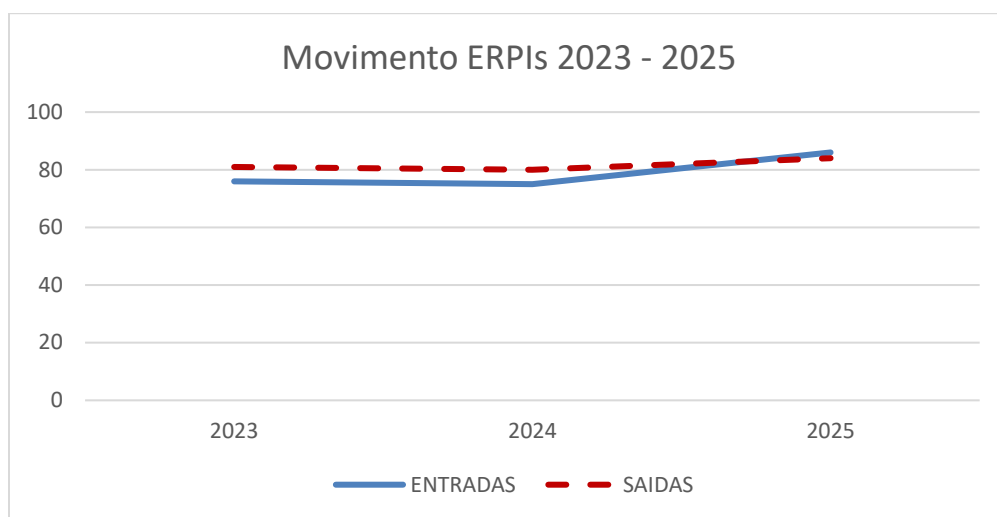
Em relação ao apoio prestado nos últimos 3 anos, o número médio de utentes apoiados foi:

Respostas Sociais	2025	2024	2023
Lar Acácio Barradas	26	25	26
Lar Dr. Paula Borba	86	86	93
Centro Apoio Idosos Dependentes	54	52	53
Apoio Domiciliário	79	82	81
CATI - Lar	76	77	77
CATI - Serv. Apoio Domiciliário	38	38	39
Total Utentes	359	360	369

3.3.1 – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal tem na sua estrutura 4 Estabelecimentos Residenciais para Pessoas Idosas (ERPIS), sendo eles o Lar Acácio Barradas, o Lar Dr. Paula Borba, o Centro de Apoio a Idosos Dependentes e o Centro de Apoio a Terceira Idade, que totalizam uma capacidade de 277 camas em que 260 estão abrangidas pelo acordo com a Segurança Social e as restantes vagas, 17, para regime de utentes particulares, estando estas vagas localizadas no Centro de Apoio a Idosos Dependentes e no Lar Acácio Barradas.

A rotatividade de utentes nestas valências foi de, em média, 80 utentes tendo sido o principal factor o óbito do utente que estava institucionalizado, mais propriamente, 87%.



A procura por equipamentos residenciais continua a ser motivada, sobretudo, pelo agravamento da condição clínica da pessoa idosa, em particular ao nível psicológico e/ou da mobilidade, situações em que o apoio familiar se revela insuficiente ou excessivamente exigente e/ou especializado. Do que é possível observar atualmente, a componente da saúde — nomeadamente os cuidados de enfermagem — assume um papel determinante para a permanência em ERPI. Embora a maioria destes utentes se encontre em situação de carência económico-financeira, esta resposta social apresenta-se como uma necessidade transversal à sociedade portuguesa, especialmente na região de Setúbal, independentemente da maior ou menor capacidade económica das famílias.

3.3.2 - Serviço de Apoio Domiciliário

Na SCMS existem três serviços de SAD que, no seu conjunto, abrangem cerca de 130 utentes no concelho de Setúbal. Esta resposta social continua a ser amplamente procurada e, à semelhança das Estruturas Residenciais, constitui hoje uma necessidade transversal na sociedade portuguesa. Embora possa funcionar como alternativa à institucionalização, a sua procura não se limita a essa motivação. Atualmente, os serviços de SAD da Instituição são solicitados tanto pelos familiares como pelos próprios beneficiários, com o objetivo de preservar a autonomia na vida diária. Paralelamente, o serviço é contratado para responder a necessidades emergentes, temporárias ou permanentes, oferecendo apoio sempre que, por incapacidade dos agregados familiares, se torne necessário assegurar um complemento de cuidados que garanta estabilidade e qualidade de vida.

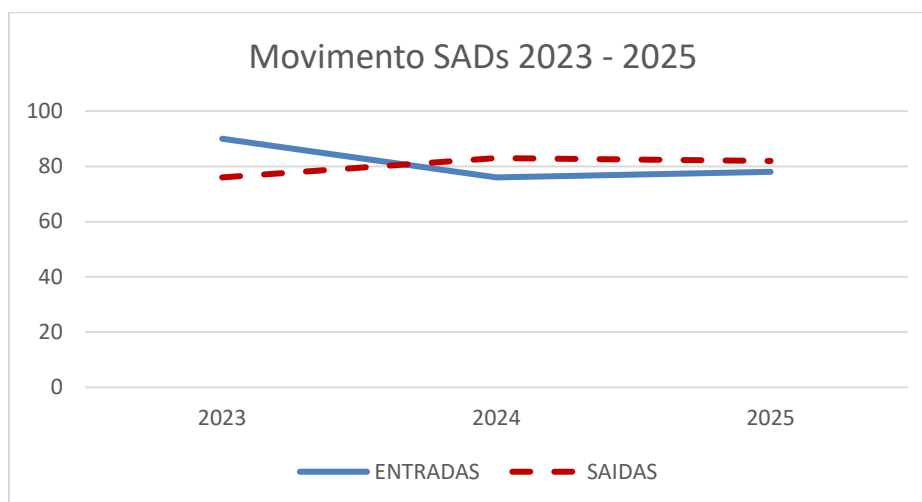
O Serviço de SAD, tem uma capacidade e horário alargados (24 horas), permitindo apoiar utentes até 6 vezes ao dia, entre serviços de higiene pessoal, entrega de refeições e vigilância, o que contribui para a sua grande procura na Cidade de Setúbal.

O Serviço de SAD Integrado, é um serviço atípico, na medida em que os seus utentes são indicados através de uma equipa mista, da qual a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal faz parte, composta de enfermeiros e técnicos sociais, no âmbito da gestão de altas hospitalares, ou sinalização de utentes nos Centros de Saúde.

O SAD-CATI é um serviço de apoio domiciliário, também com grande procura, mas normalizado em função de amplitude horária.



A rotatividade de utentes nestas valências foi de, em média, 80 utentes tendo sido o principal factor a saída para ser institucionalizado ou já não precisar do serviço, 61%.



3.4 - Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados, continuam o seu processo de capacitação institucional, permitindo à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ter uma melhor resposta na sua capacidade organizacional.

3.4.1 - Cozinha

A partir de Junho de 2025 a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal deixou de ter confeção própria, mês que assinou contrato de exploração de refeitório com a empresa ITAU.

3.4.2 - Lavandaria

A lavandaria é um serviço partilhado da SCMS, opera no âmbito do tratamento de roupa dos clientes/utentes e roupa da instituição.

Fazem parte das atividades diárias deste serviço a recolha de roupa das diversas respostas sociais/serviços, seleção da roupa, marcação, lavagem, engomadoria e em determinadas circunstâncias com a intervenção de costura, voltando ao processo de separação, seleção e entrega da roupa lavada.

O serviço da lavandaria higienizou em 2025 um total de 120.998 kg de roupa.

3.4.3 - Frota

Os transportes são um serviço de apoio à instituição, intervém no âmbito das deslocações dos clientes/utentes e funcionários, assim como no transporte de refeições e roupa. Fazem parte das atividades diárias deste serviço 18 viaturas para dar resposta às necessidades.

No decorrer de 2025, procedemos à entrega de três viaturas, tendo duas delas sido substituídas por carrinhas elétricas.



3.4.4 - Sistemas, tecnologias e gestão de informação

Na sequência do plano de implementação tecnológico decorrente de 2024, em 2025 consolidamos alguns projetos em curso, nomeadamente na melhoria das infraestruturas de comunicações bem como na agilização do trato da informação de apoio á gestão e segurança, a saber:

1. Dotação, implementação e consolidação das infraestruturas de redes 10/100Mbs para 10/100/1000Mbs com acessos e injeção de redes fibra, nas seguintes Valências;
 - A. Lar Paula Borba
 - B. Centro de Apoio à Terceira Idade (CATI)
 - C. Centro de Apoio a Idosos Dependentes (CAID)

Ainda dentro deste âmbito e em simultâneo, dotamos o Lar Paula Borba de circuito de CCTV – Videovigilância, necessária para a devida segurança dos Utentes dessa valência.

No que concerne ás melhorias e agilização do trato da informação constante dos nossos Utentes, investimos na implementação de plataformas de software de apoio á gestão, com enfoque no registo e partilha da informação clínica diária entre os nossos profissionais de saúde (Plataforma MySénior).

3.4.5 - Regulamento Geral de Proteção de Dados

O Relatório de Atividades do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) sintetiza o desempenho e o cumprimento dos objetivos estratégicos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (SCMS) no último exercício. O foco recaiu na consolidação de uma cultura de privacidade e na mitigação de riscos, assente nos seguintes eixos:

- **Confiança e Transparência:** Reforço da proteção de dados de utentes e colaboradores, garantindo uma comunicação clara sobre os seus direitos, potenciada por novos canais digitais.
- **Inovação e Vigilância:** Acompanhamento da transformação digital com rigor regulatório, assegurando que a inovação interna respeita as melhores práticas de segurança.
- **Autonomia e Eficiência:** Otimização dos mecanismos de regulação interna, respeitando a isenção e autonomia técnica da função do DPO.
- **Medidas Técnicas e Organizativas (MTO):** Atualização constante das políticas de segurança e dos princípios de proteção de dados.
- **Capacitação e Formação:** Em colaboração com os departamentos de Informática (DIT) e Recursos Humanos (RH), realizou-se um ciclo de formação abrangendo todos os colaboradores. Esta ação foi crucial para fortalecer a ligação entre o DPO e as diversas Unidades Orgânicas, garantindo a conformidade legal no terreno.
- **Cibersegurança:** Fortalecimento das infraestruturas e protocolos de gestão de risco face à crescente exposição digital.

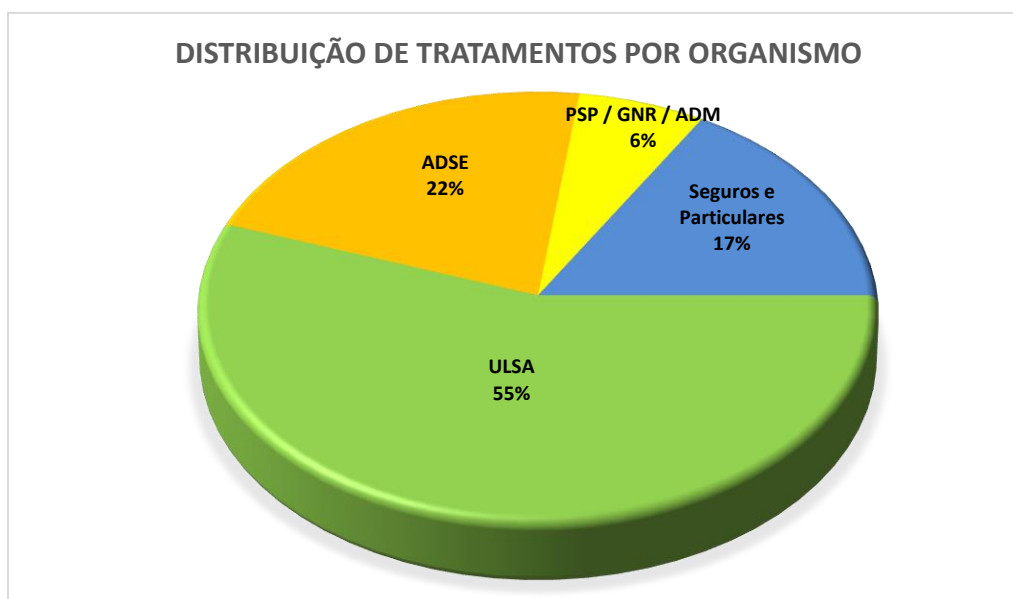
Com este percurso, o DPO reforçou a sustentabilidade operacional e a confiança da comunidade na SCMS.

3.5 – Saúde – Clínica

A Clínica de Saúde da Misericórdia de Setúbal desenvolve a sua atividade em duas grandes áreas: a Medicina Física e de Reabilitação, onde disponibiliza consultas de Fisiatria e de Psicologia Clínica e tratamentos de fisioterapia; e os cuidados de saúde primários, através da prestação de consultas destinadas a utentes que não dispõem de médico de família.

3.5.1 - Medicina Física e Reabilitação

Todos os protocolos e acordos anteriormente em vigor — nomeadamente com a ADSE, PSP, ADM, GNR, seguradoras e com a Unidade Local de Saúde da Arrábida — foram integralmente mantidos. O protocolo com maior expressão no volume total de consultas e tratamentos efetuados é o da Unidade Local de Saúde da Arrábida (U.L.S.A.), em particular com o Hospital de São Bernardo e o Hospital do Outão. No âmbito deste protocolo, a Clínica da SCMS assegura tratamentos de fisioterapia a utentes encaminhados por estes dois importantes núcleos hospitalares, garantindo uma resposta célere que abrange cerca de 50% dos doentes desta especialidade no conjunto da U.L.S.A. Este contributo tem-se revelado altamente eficaz e apreciado pelos utentes, reforçando o acesso a cuidados de saúde.



No gráfico em cima podemos observar a distribuição em percentagem pelas áreas de organismos dos tratamentos realizados no ano de 2025.

Relativamente às consultas, durante o ano de 2025, foram efectuadas 1.256 consultas de Fisiatria e 405 de Psicologia Clínica, distribuídos pelos vários organismos.

3.5.2 – Serviço de Consultas do SNS

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, enquanto entidade executante do protocolo celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas (U.M.P.) e a Unidade Local de Saúde da Arrábida (U.L.S.A.), tem assegurado, desde 2018, a continuidade do apoio à população através de consultas de medicina geral para adultos sem médico de família, encontrando-se protocoladas 206 horas semanais.



Em 2025 foram efetuadas 9.320 horas de atividade, o que se traduziu numa média de 114 consultas por dia, totalizando 27.960 consultas ao longo do ano. Este desempenho reflete, uma vez mais, o sucesso do Protocolo, comprovado pelo elevado grau de satisfação dos utentes e pelo reconhecimento dos organismos públicos que intervêm na relação de cooperação, designadamente a U.M.P., a U.L.S.A. e o S.N.S.

3.6 - Stakeholders

Pela própria génese da diversidade das atividades desenvolvidas e das inter-relações internas e externas que estabelecemos com os nossos stakeholders (Irmãos, Utentes, Fornecedores, Estado, C.M.S., etc.), na instituição, estamos cientes do nosso contributo para a sociedade e por esta razão, assumimos seriamente as nossas responsabilidades. Por isso, as nossas ações, políticas e decisões são tomadas e monitorizadas com o máximo de atenção, tendo na mais alta consideração os interesses dos nossos stakeholders.

3.7 - Agradecimentos

No balanço de mais um ano de atividade, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possíveis os nossos resultados:

- Aos nossos funcionários pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
- Aos nossos utentes por nos escolherem;
- Aos nossos Irmãos, pelo seu apoio solidário e participativo na vida da instituição;
- Aos nossos parceiros que nos apoiam na concretização da nossa missão
- Aos nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua qualidade dos serviços que prestamos;
- A todas as entidades que nos ajudaram a concretizar os nossos objetivos institucionais.

Por fim, uma palavra de reconhecimento a todas as entidades, com quem a SCMS estabeleceu parcerias e que continuam a depositar confiança nos serviços desta instituição.

3.8 - Linhas relevantes de atuação e objetivos estratégicos

Para 2025, a SCMS identificou como relevante a prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

- Iniciar a prospeção e implementação de painéis fotovoltaicos nas nossas valências, reforçando o compromisso da instituição com a sustentabilidade energética e a eficiência ambiental
- Conclusão da implementação das medidas de autoproteção dos estabelecimentos da S.C.M.S.
- Consulta e implementação de soluções de autonomia para as valências, nomeadamente através da instalação de geradores.
- Investimento na melhoria contínua ao serviço prestado à comunidade.
- Continuidade e melhoria dos métodos de gestão

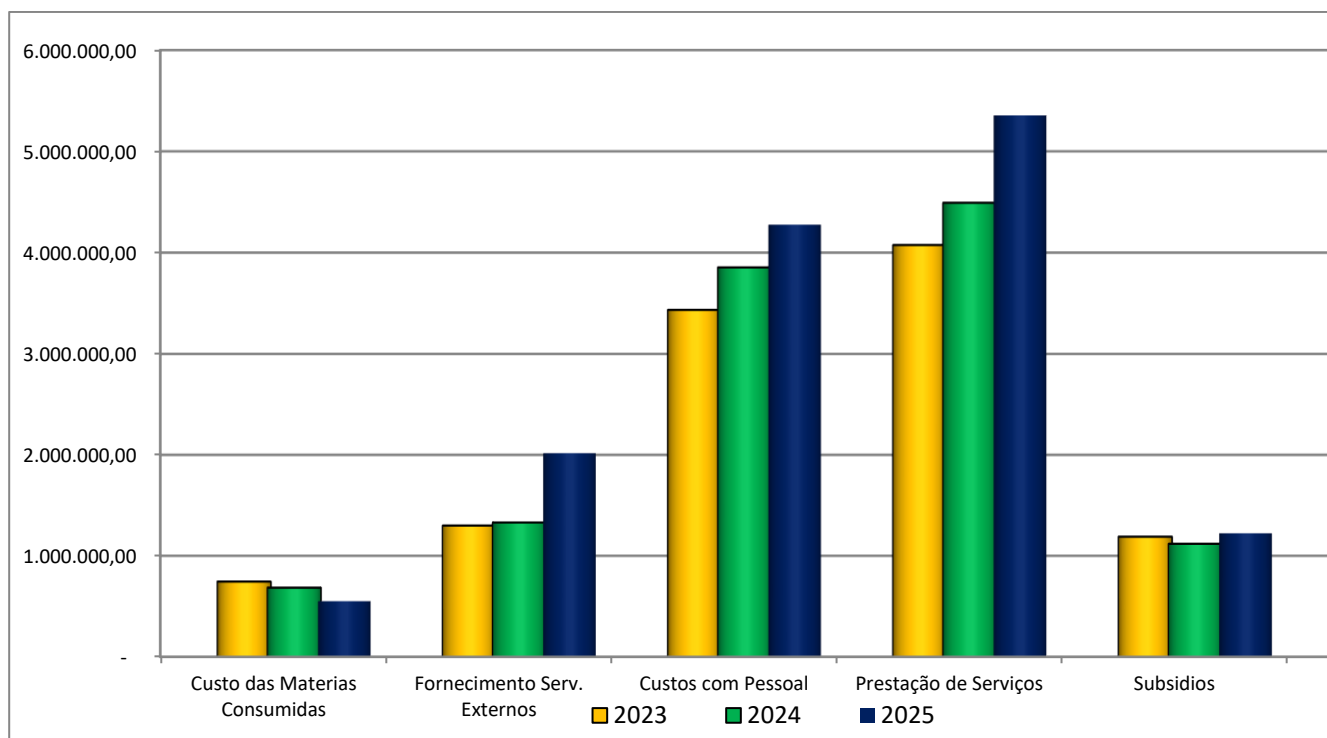


3.9 – Conclusão

O ano de 2025 manteve-se em linha com o anterior, uma vez que os acontecimentos geopolíticos continuaram a gerar incertezas e flutuações nos preços. Perante este cenário, temos vindo a empenhar esforços para compensar as subidas impostas pelo mercado e pelo Estado, nomeadamente o aumento do salário mínimo.

Para mitigar o impacto destes fatores, temos adotado estratégias focadas no controlo de custos e no aumento dos rendimentos, com decisões mais céleres de forma a conseguirmos reduzir o aumento dos custos que surgem bem como aumentar os rendimentos.

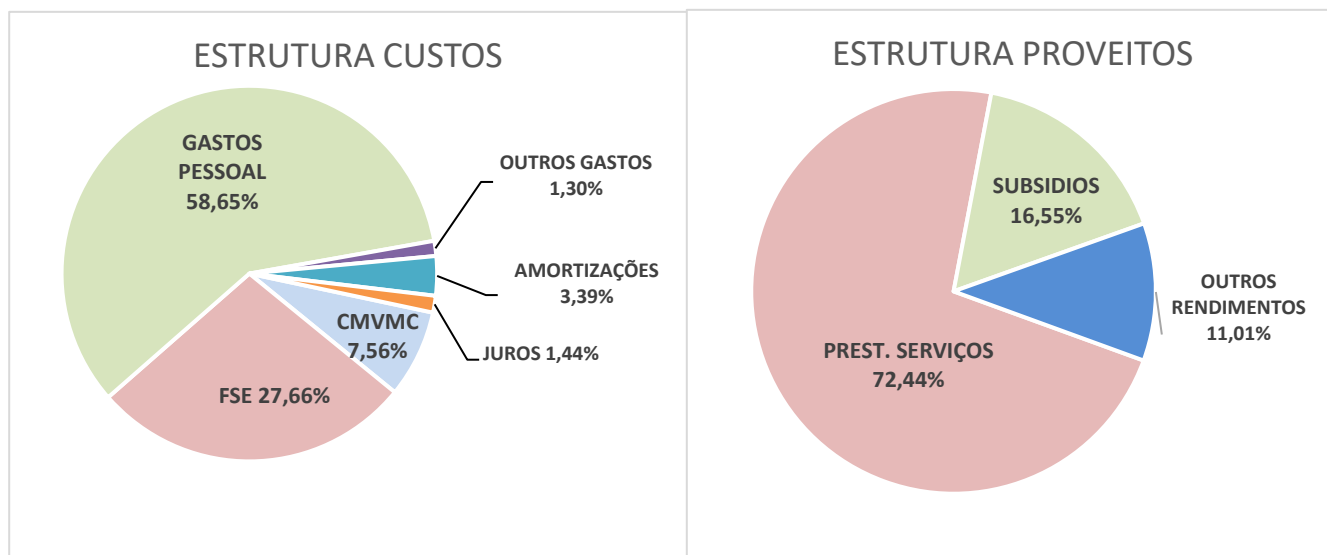
No gráfico abaixo podemos observar a evolução das principais rubricas dos rendimentos e gastos na instituição:



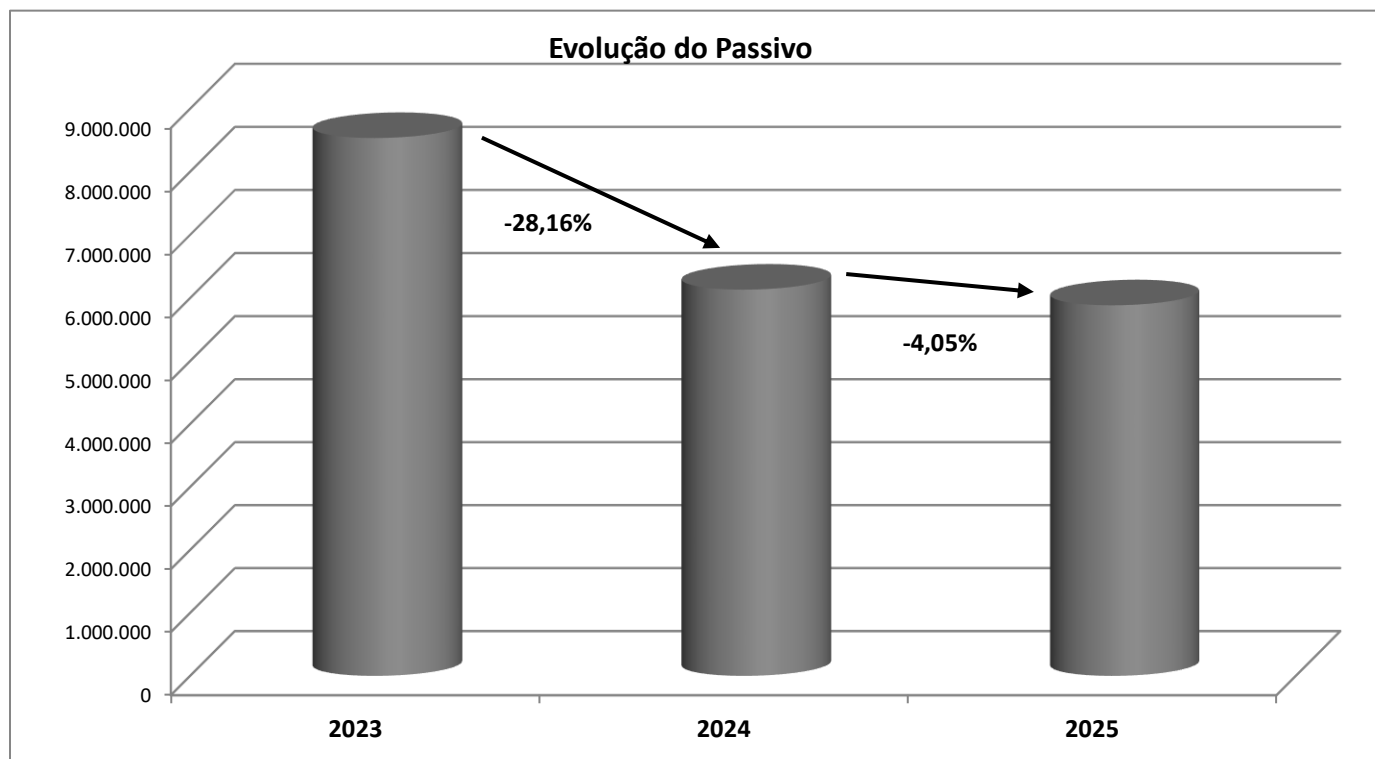
Isolando as duas rubricas de gastos relativas ao funcionamento da instituição — o Custo das Mercadorias Consumidas e os Fornecimentos e Serviços Externos — verifica-se um acréscimo de 27,47% face a 2024. Este aumento é coerente com o que já havia sido transmitido anteriormente, uma vez que são precisamente estas rubricas que mais refletem a subida dos preços, num contexto em que a inflação em 2025 se situou nos 2,3%, segundo o INE.

Relativamente à principal rubrica de gastos da instituição, os custos com pessoal, verificou-se um aumento de 10,96%, justificado em grande parte pela atualização do salário mínimo nacional, que em 2025 registou uma subida de 6,10%, bem como pela continuidade do processo de reforço e adequação do quadro de pessoal decorrente da reabertura do Lar Acácio Barradas.

No que respeita aos Rendimentos, Prestação de Serviços e Subsídios, entre 2024 e 2025, verificou-se um acréscimo de 17,24% nestas rubricas.



Quanto à evolução do passivo, este tem vindo a reduzir-se desde 2024, muito graças à liquidação dos compromissos bancários, os quais foram integralmente cumpridos durante o ano de 2025.





Relativamente a evolução do resultado líquido do exercício nos últimos 3 anos:

	2025	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	101.844,85	277,74	5.075,49
Cash Flow	393.242,13	218.070,90	180.176,66
EBDITA	454.287,06	334.042,10	272.347,49

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 101.844,85€ euros propõe-se a transferência para Resultados Transitados.

Setúbal, 4 de Março de 2026

Pela Mesa Administrativa

(Provedor)



4 – BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2025	2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	9.274.224,08	9.419.222,69
Propriedades de investimento	4.2	4.134.605,72	4.326.342,43
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	137.513,95	160.035,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		13.546.343,75	13.905.600,19
Ativo corrente			
Inventários	6	20.478,08	20.019,02
Clientes	7	39.122,62	18.395,26
Estado e outros Entes Públicos	8	26.333,39	7.381,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	73.929,57	74.001,57
Diferimentos	11	19.430,94	18.387,18
Outros activos correntes	10	413.942,60	407.903,59
Caixa e depósitos bancários	12	174.070,69	97.271,23
Subtotal		767.307,89	643.358,94
Total do Ativo		14.313.651,64	14.548.959,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	2.567.991,77	2.567.991,77
Excedentes técnicos			
Resultados transitados	13	(7.158.560,33)	(7.158.838,07)
Excedentes de revalorização	13	9.220.051,95	9.364.926,65
Ajustamentos / Outras Variações Capitais Próprios / Fundos patrimoniais	13	3.698.894,90	3.643.102,40
Subtotal		8.328.378,29	8.417.182,75
Resultado Líquido do período	13	101.844,85	277,74
Total dos fundos Patrimoniais		8.430.223,14	8.417.460,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	4.859,00	4.859,00
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	15	2.905.443,43	3.159.177,38
Outras dividas a pagar			
Subtotal		2.910.302,43	3.164.036,38
Passivo corrente			
Fornecedores	16	642.318,21	595.837,21
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8	188.371,32	164.138,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	15	281.572,44	597.428,75
Diferimentos			
Outras Passivos Correntes	17	1.860.864,10	1.610.058,16
Outros passivos financeiros			
Subtotal		2.973.126,07	2.967.462,26
Total do passivo		5.883.428,50	6.131.498,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14.313.651,64	14.548.959,13



5 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS a 31 de DEZEMBRO 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	5.354.458,45	4.491.693,04
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1.223.220,37	1.118.980,06
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias ,associadas e emp. Conj.	5	478,88	(8.321,99)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(550.972,15)	(684.342,93)
Fornecimentos e serviços externos	21	(2.016.270,41)	(1.329.594,41)
Gastos com o pessoal	22	(4.275.549,62)	(3.853.135,76)
Imparidade de Dividas a Receber (perdas/reversões)	23	(44.400,68)	(578,45)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos	24	813.493,50	619.353,23
Outros gastos	25	(50.171,28)	(20.010,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		454.287,06	334.042,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(247.475,48)	(208.892,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		206.811,58	125.149,38
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	27	(104.966,73)	(124.871,64)
Resultados antes de impostos		101.844,85	277,74
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		101.844,85	277,74



6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 <i>(montantes expressos em euros)</i>			
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal		NIPC 500.731.187	
RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31-12-2025	31-12-2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		2.718.940,48	2.542.340,80
Recebimentos de associados		12.256,00	11.046,00
Recebimentos de subsídios		3.826.767,02	2.634.536,87
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-2.540.245,29	-2.128.862,99
Pagamentos ao pessoal		-4.201.747,54	-3.589.454,24
Caixa geradora pelas operações		-184.029,33	-530.393,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		581.578,00	396.960,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		397.548,67	-133.433,34
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis		-499.856,87	-1.198.734,22
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis		717.071,92	536.512,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		23.000,00	
Subsídios ao investimento		113.592,73	277.465,14
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		353.807,78	-384.757,08
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos			282.500,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		-569.590,26	-709.616,69
Juros e gastos similares		-104.966,73	-88.701,58
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-674.556,99	-515.818,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		76.799,46	-1.034.008,69
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	12	97.271,23	1.131.279,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	12	174.070,69	97.271,23



7 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2025

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
Posição no início do período 01-01-2025	6	2.567.991,77	-7.158.838,07	9.364.926,65	3.643.102,40	277,74	8.417.460,49	8.417.460,49
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-57.800,23	-57.800,23	-57.800,23	-57.800,23
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.				-186.935,00		-186.935,00	-186.935,00	-186.935,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.				42.060,30		42.060,30	42.060,30	42.060,30
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			277,74			-277,74	0,00	0,00
	7	0,00	277,74	-144.874,70	-57.800,23	-277,74	-202.674,93	-202.674,93
Resultado líquido do período	8					101.844,85	101.844,85	101.844,85
Resultado extensivo	9=7+8					101.567,11	-100.830,08	-100.830,08
Operações com instituidores no período								
Fundos						0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados					113.592,73	113.592,73	113.592,73	113.592,73
Distribuições						0,00	0,00	0,00
Outras operações						0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	113.592,73	0,00	113.592,73	113.592,73
Posição no fim do período 31-12-2025	6+7+8+10	2.567.991,77	-7.158.560,33	9.220.051,95	3.698.894,90	101.844,85	8.430.223,14	8.430.223,14

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2024

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 01-01-2024	6	2.567.991,77	-7.163.913,56	9.601.669,57	2.010.966,99	5.075,49	7.021.790,26	7.021.790,26
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-42.415,06		-42.415,06	-42.415,06
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.				-322.831,25	363.099,21		40.267,96	40.267,96
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.				86.088,33			86.088,33	86.088,33
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			5.075,49			-5.075,49		
	7	0,00	5.075,49	-236.742,92	320.684,15	-5.075,49	83.941,23	83.941,23
Resultado líquido do período	8					277,74	277,74	277,74
Resultado extensivo	9=7+8					-4.797,75	84.218,97	84.218,97
Operações com instituidores no período								
Fundos								
Subsídios, doações e legados					1.311.451,26		1.311.451,26	1.311.451,26
Distribuições								
Outras operações								
	10	0,00	0,00	0,00	1.311.451,26	0,00	1.311.451,26	1.311.451,26
Posição no fim do período 31-12-2024	6+7+8+10	2.567.991,77	-7.158.838,07	9.364.926,65	3.643.102,40	277,74	8.417.460,49	8.417.460,49

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



8 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(montantes expressos em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – S.C.M.S., com sede na Rua Acácio Barradas Nº 2 em Setúbal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída por despacho publicado no Diário da República II Serie de 20/05/83, registada na Segurança Social aprovado pela portaria Nº778/83 de 23 de julho na Direção Geral da Segurança Social, no livro I das irmandades da Misericórdia sob o Nº 13/84, a folhas 166 verso e 167, em 06/06/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é uma associação de fiel constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direccionadas para a Terceira Idade e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, é uma entidade de economia social, sujeita aos princípios básicos da Lei Nº 30/2013, de 8 de maio, tem personalidade jurídica civil, estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, sujeita ao disposto no Decreto Lei Nº 119/83, de 25 de Fevereiro, na sua redacção actual, e natureza de Pessoa de Utilidade Pública, de acordo com o disposto na Lei Nº 36/2021, de 14 de Junho.

Na sequência da revisão do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, aprovada pela Assembleia Geral, em 26/11/2021, e homologada pelo Vigário-Geral da Diocese de Setúbal, com poderes delegados para o efeito, em 01/03/2022, a Mesa Administrativa aprovou, nas suas reuniões de 10/03 e 12/05/2022, os seguintes documentos:

- a) Atribuição de funções a membros efetivos da Mesa Administrativa;
- b) Constituição da Comissão Executiva;
- c) Distribuição de responsabilidades de administração;
- d) Organização da S.C.M.S.

Em 2015 concluiu-se o processo de avaliação dos imóveis, tendo do mesmo resultado um incremento nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento num total de 1.65 M euros e a incorporação nos ativos de um conjunto de imóveis anteriormente doados ou herdados pela Santa casa da Misericórdia de Setúbal cujo registo processual só ficou concluído nesse ano, originando um acréscimo de 0,96 M Euros. A Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam adequados face à realidade presente do mercado imobiliário.

Relativamente aos bens do património histórico, artístico e cultural, não foi ainda possível concluir a sua própria inventariação com vista à determinação do respectivo valor associado, pelo que o balanço apresentado não integra qualquer valor desta natureza.



2 - COMPARABILIDADE E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da S.C.M.S. – Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, efectivas para o período iniciado em 1 de Janeiro de 2016, conforme alterações normativas constantes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (“EC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) consignadas no aviso 82594/2015 de 29 de Julho de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

A aplicação do normativo actualmente em vigor nas contas referentes ao ano de 2016 não provocou qualquer alteração nos valores comparativos apresentados, tendo sido apenas ajustadas as designações de algumas rubricas que integram o balanço e a demonstração de resultados.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 – Regime do acréscimo

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 – Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 – Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 – Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 – Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 – Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



2.9 – Comparabilidade das demonstrações Financeiras

Tendo em consideração a apresentação adequada das propriedades de investimento no balanço, que em exercícios anteriores vinham sendo apresentada nos ativos fixos, neste exercício, estes ativos foram reclassificados para a conta apropriada, propriedades de Investimento. De igual modo também os comparativos foram reclassificados.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com exceção de algumas situações específicas desta entidade tais como bens do ativo atribuídos a título gratuito e inventários a serem oferecidos no âmbito da atividade da ESNL.

3.2 – Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços, constituído por participações dos utentes sob a forma de mensalidades, calculado por avaliação técnica e de acordo com a situação socio-económica das famílias em regime proporcional, por quotas dos associados, rendas provenientes da exploração económica do património imobiliário, registadas em função da sua emissão, e receitas associadas aos Ativos Fixos Tangíveis Operacionais.

Atendendo à atividade desenvolvida o rédito inclui ainda os montantes recebidos da Segurança Social a título de participações no custo dos utentes.

3.3 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Durante a fase de construção os juros suportados relacionados com os investimentos em curso são capitalizados.

Os bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4 – 6
Equipamento administrativo	3 - 5
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 12



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações e seguros, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 30

3.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais se detêm uma influência significativa ou onde se exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação detida nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando se tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação.

3.6 – Créditos a receber

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem,



objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.8 – Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercícios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os ativos depreciáveis, são reconhecidos como rendimentos à medida que ocorrem as suas depreciações.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciáveis (Terrenos), são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.10- Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

3.11–Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.



4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADE DE INVESTIMENTOS

Durante os exercícios findos em 31.12.2025 e em 31.12.2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e das Propriedades de Investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

4.1 - Ativos Fixos Tangíveis

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Activo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	7.335.339,69	6.306,95	(388,08)	-	-	7.341.258,56
Equipamento básico	1.454.110,38	25.633,01	-	-	-	1.479.743,39
Equipamento de transporte	279.087,41	-	-	-	-	279.087,41
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	385.817,95	1.562,98	-	-	-	387.380,93
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tang. em Curso	139.057,89	22.500,00	-	(22.500,00)	-	139.057,89
Total	13.074.253,87	56.002,94	(388,08)	(22.500,00)	-	13.107.368,73
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.677.576,33	133.489,59	-	-	-	1.811.065,92
Equipamento básico	1.318.688,39	34.224,18	-	-	-	1.352.912,57
Equipamento de transporte	274.964,38	8.878,06	-	-	-	283.842,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	383.802,08	1.521,64	-	-	-	385.323,72
Ativos Fixos Tang. em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.655.031,18	178.113,47	-	-	-	3.833.144,65
					VALOR LIQUIDO	9.274.224,08



	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2024
Activo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.433.546,05	2.021,94	(1.358,28)	4.223.961,23	(322.831,25)	7.335.339,69
Equipamento básico	1.436.471,78	20.639,80	-	-	(3.001,20)	1.454.110,38
Equipamento de transporte	279.087,41	-	-	-	-	279.087,41
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	383.105,15	2.712,80	-	-	-	385.817,95
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tang. em Curso	4.214.669,43	148.349,69	-	(4.223.961,23)	-	139.057,89
Total	13.227.720,37	173.724,23	(1.358,28)	-	(325.832,45)	13.074.253,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.670.355,59	93.309,07	-	-	(86.088,33)	1.677.576,33
Equipamento básico	1.285.988,33	32.914,43	-	-	(214,37)	1.318.688,39
Equipamento de transporte	266.086,32	8.878,06	-	-	-	274.964,38
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	382.358,24	1.443,84	-	-	-	383.802,08
Ativos Fixos Tang. em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.604.788,48	136.545,40	-	-	(86.302,70)	3.655.031,18
VALOR LIQUIDO						9.419.222,69

O maior aumento existente em 2024 é o reconhecimento na conta de edifícios e outras construções do valor do investimento do Lar Acácio Barradas, que deixou de estar em imobilizado em curso. Os restantes aumentos referem-se a compra de imobilizado para as valências da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal que ocorreram no ano de 2024.



4.2 - Propriedade de Investimentos

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Activo						
Terrenos e Recursos Naturais	2.809.359,48 €	-	(46.734,00)	-	-	2.762.625,48
Edifícios e outras construções	2.017.171,08 €	-	(140.201,00)	-	-	1.876.970,08
Outras Propriedades Investimento	124.861,60	-	-	22.500,00	-	147.361,60
Total	4.951.392,16	-	(186.935,00)	22.500,00	-	4.786.957,16
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	625.049,73	69.362,01	(42.060,30)	-	-	652.351,44
Total Depre. Acum	625.049,73	69.362,01	(42.060,30)	-	-	652.351,44
VALOR LIQUIDO Prop Inv.						4.134.605,72

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Activo						
Terrenos e Recursos Naturais	2.747.279,89	91.370,43	(29.290,84)	-	-	2.809.359,48
Edifícios e outras construções	1.836.289,25	271.728,78	(90.846,95)	-	-	2.017.171,08
Outras Propriedades Investimento	131.869,00	-	(7.007,40)	-	-	124.861,60
Total	4.715.438,14	363.099,21	(127.145,19)	-	-	4.951.392,16
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	582.132,29	72.347,32	(29.429,88)	-	-	625.049,73
Total Depre. Acum	582.132,29	72.347,32	(29.429,88)	-	-	625.049,73
VALOR LIQUIDO Prop Inv.						4.326.342,43

Relativamente às alterações existentes nas propriedades de investimento, o aumento deve-se ao reconhecimento de imóveis da S.C.M.S. e a diminuição deve-se à venda de património.



4.3 Património Artístico e Cultural

Os bens não depreciables que constituem o património artístico e cultural, encontram-se em processo de valorização, para posterior registo nas contas da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Desse conjunto de bens fazem parte 583 peças já inventariadas, pertencentes a diversas categorias:

Arquitetura	4
Cerâmica	17
Desenho	6
Epigrafia	4
Equipamentos e Utensílios	23
Escultura	112
Espólio Documental	1
Fotografia	37
Gravura	9
Joalheria	13
Meios de Transporte	1
Metais	24
Mobiliário	50
Ourivesaria	54
Pintura	100
Têxteis	8
Vidros	4

5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, o saldo da rubrica é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	2025	2024
<i>Investimentos em Subsidiárias</i>	119.746,69	119.267,81
<i>Investimentos em outras Empresas</i>	5.000,00	5.000,00
<i>Fundo Compensação Trabalho</i>	12.767,26	35.767,26
Total	137.513,95	160.035,07

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal detém à data de 31 de Dezembro de 2025 a seguinte participação:

<i>Denominação</i>	%	Capital próprio	Resultado líquido	Valor da Participação
<i>Gesmiseris - Unipessoal, Lda</i>	100	119.746,69	478,88	119.746,69



O movimento ocorrido durante o ano de 2025 foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>Saldo inicial a 01/01/2025</i>	<i>119.267,81</i>
<i>Ganhos imputados de subsidiárias</i>	<i>478,88</i>
<i>Saldo final a 31/12/2025</i>	<i>119.746,69</i>

Em 31 de Dezembro de 2025, a empresa apresentava os seguintes saldos e transações com a empresa participada:

<i>Transações</i>	2025
<i>Rendas Recebidas</i>	10.000,00
<i>Compras Efectuadas</i>	132.618,45

<i>Saldos</i>	2025
<i>Contas a Pagar</i>	174.479,02
<i>Contas a Receber</i>	0,00

6 – INVENTÁRIOS

Desta rubrica fazem parte diversos materiais utilizados para a higiene, tratamento e bem-estar dos utentes, que totalizam em 31.12.2025 e 31.12.2024 respetivamente as quantias de 20.478,08 euros e 20.019,02 euros.

7 – CLIENTES

A rubrica Clientes, no montante de 39.122,62 euros refere-se a dívida líquida de imparidades dos utentes dos lares. O montante total da imparidade ascende a 14.747,65€.

8- ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31.12.2025 e em 31.12.2024, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	2025	2024
Ativo		
IVA a Recuperar	26.333,39	7.381,09
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	26.333,39	7.381,09
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	29.038,52	22.482,26
Segurança Social	159.332,80	141.655,88
Outros Tributaçãoes	-	-
Total	188.371,32	164.138,14



9- Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros

Em 31.12.2025 e em 31.12.2024 os saldos em aberto relativo aos associados eram como segue:

Descrição	2025			2024		
	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida
Associados						
Associados C/C	75.877,97	(1.948,40)	73.929,57	75.949,97	(1.948,40)	74.001,57
Associados Cob. Duv.	137.152,25	(137.152,25)	-	137.152,25	(137.152,25)	-
	213.030,22	(139.100,65)	73.929,57	213.102,22	(139.100,65)	74.001,57

10- CRÉDITOS A RECEBER

A Rubrica Créditos a receber desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	2.059,80	255,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	41.630,29	21.842,60
Subsistemas	122.752,19	113.126,19
Utentes	351.786,44	324.327,26
Inquilinos	10.856,00	22.568,00
Outros Devedores	10.887,37	13.887,37
Perdas por Imparidade	(126.029,49)	(88.102,83)
Total Créditos a Receber	413.942,60	407.903,59

No ano de 2025 foi realizada uma imparidade relativamente aos utentes no valor de 40.926,66€, que está demonstrada no aumento da rubrica perdas por imparidades.

11- DIFERIMENTOS

Em 31.12.2025 e em 31.12.2024 as rubricas do ativo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Juros	-	-
Seguros	19.430,94	17.767,94
Contratos Assistência	-	619,24
Total	19.430,94	18.387,18

O valor dos Gastos a Reconhecer na conta de diferimentos à data de 31/12/2025 refere-se, essencialmente aos seguros cujas coberturas respeitam ao ano de 2026 e que o seu pagamento foi realizado em 2025.



12 – CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS

Em 31.12.2025 e 31.12.2024 a rubrica Caixa e Depósitos Bancários decompõe-se como se segue:

Descrição	2025	2024
Saldos Activos		
Caixa	5.502,44	4.061,93
Depositos à Ordem	168.548,97	93.190,02
Outros Depositos Bancarios	19,28	19,28
Sub-Total	174.070,69	97.271,23
Saldos Passivos		
Depositos à Ordem	-	-
Total	174.070,69	97.271,23
Variação Saldos Caixa 2025/2024	76.799,46	-1.034.008,69

13– FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações ocorridas nos Fundos Patrimoniais foram as seguintes:

Descrição	01-01-2025	Aumentos	Diminuições	Transferencias entre contas	31-12-2025
Fundos	2.567.991,77	-	-	-	2.567.991,77
Resultados transitados	(7.158.838,07)	277,74	-	-	(7.158.560,33)
Excedentes de revalorização	9.364.926,65	42.060,30	(186.935,00)	-	9.220.051,95
Ajustam./Outras Variações CP / Fundos Patri.					
Doações e Similares	1.867.159,56	-	-	-	1.867.159,56
Subsidios ao Investimento	1.855.047,30	113.592,73	(57.800,23)	-	1.910.839,80
Outros	(79.104,46)	-	-	-	(79.104,46)
Total Ajust./OVCP / FP	3.643.102,40	113.592,73	(57.800,23)	-	3.698.894,90
Resultado Liquido do Periodo	277,74	101.844,85	277,74	-	101.844,85
Total	8.417.460,49	257.775,62	(244.457,49)	0,00	8.430.223,14

O aumento ocorrido na rubrica Subsídios de Investimento reflete o reconhecimento do Subsídio do Lar Acácio Barradas, Pares 3.0.

14 - PROVISÕES

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, o saldo da rubrica “Provisões” é conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Processos Judiciais em Curso	4.859,00	4.859,00
Outras Provisões	-	-
Total	4.859,00	4.859,00

A provisão para processos judiciais e curso diz respeito a processos a decorrer relativos a Acidentes de Trabalho.



15- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31.12.2025 e em 31.12.2024, o saldo da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	281.070,54	2.905.443,43	3.186.513,97	593.739,12	3.158.894,48	3.752.633,60
Loações Financeiras	501,90	-	501,90	3.689,63	282,90	3.972,53
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Total	281.572,44	2.905.443,43	3.187.015,87	597.428,75	3.159.177,38	3.756.606,13

Garantias prestadas

À data de 31 de Dezembro as garantias existentes são como segue:

- Millennium BCP – 54.377€ - emitida a favor Câmara Municipal de Setúbal para garantia obras a realizar na Quinta dos Comediantes
- Caixa Geral Depósitos – 2.500€ - Aval prestado no âmbito da garantia bancária da Gesmiséris, Unip., Lda. a favor do departamento jogos da Santa Casa da Misericórdia Lisboa
- Santander – 280.000,00€ - Garantia ao abrigo do empréstimo mútuo protocolado

16- FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores nos exercícios findos em 31.12.2025 e em 31.12.2024 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	642.318,21	545.837,21
Fornecedores títulos a pagar	-	50.000,00
Total	642.318,21	595.837,21

17- OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A Rubrica Outras dividas a pagar desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2025	2024
Pessoal	5.769,93	7.831,22
Fornecedores de Investimentos	54.018,18	520.760,19
Credores por acréscimos de gastos	683.186,21	633.617,31
Utentes	402.552,04	353.896,00
Ossarios	6.597,00	6.597,00
Outros credores	708.740,74	87.356,44
Total	1.860.864,10	1.610.058,16

O montante registado em “Credores por acréscimo de gastos” diz respeito, essencialmente, à estimativa de remunerações a liquidar ao pessoal.

Na rubrica “Outros Credores” o aumento deve-se principalmente ao sinal da venda de imóveis a escriturar em 2026.



18- SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de Serviços a 31.12.2025 e em 31.12.2024 detalhavam-se conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Comparticipação de Utentes:		
Lares de Idosos	2.228.669,48	1.869.147,72
Apoio Domiciliário	211.895,55	184.545,32
CAID - Utentes Particulares	140.788,55	54.179,88
AB - Utentes Particulares	92.238,41	20.366,80
CATI - SAD	65.063,81	59.392,61
Acordo ERPI AB	227.114,87	195.213,72
Acordo ERPI PB	709.264,18	627.146,40
Acordo ERPI CATI	742.345,64	602.751,70
Acordo SAD CATI	173.995,39	173.994,62
Total de Mensalidades de Utentes	4.591.375,88	3.786.738,77
Quotizações e joias	12.256,00	11.312,00
Total de Quotizações e Joias	12.256,00	11.312,00
Serviços Secundários:		
Reabilitação	270.619,61	258.620,77
Meios complementares	7.628,04	7.977,65
CATI - Cantina Social	19.186,74	33.938,50
Consultas Medicina Familiar	305.191,00	277.371,00
Outros	148.201,18	115.734,35
Total de Serviços Secundários	750.826,57	693.642,27
Total de Prestação de Serviços	5.354.458,45	4.491.693,04

O maior aumento existente nesta nota, é na rubrica Lares de Idosos que reflete a entrada utentes para completar a ocupação no Lar Acácio Barradas.

19- SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor presente nesta rubrica refere-se ao recebimento do subsídio da Segurança Social correspondente às valências asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal com acordos atípicos, bem como outros apoios recebidos e donativos nos anos de 2025 e 2024.



	2025	2024
Lar Dr. Paula Borba	-	-
Lar Acácio Barradas	-	-
Centro Apoio Idosos Dependentes	673.182,71	554.319,14
Apoio Domiciliario	517.252,31	519.571,60
CATI	-	-
Apoio PME Inovação	-	-
IEFP	-	4.094,25
Outros Subsídios	5.675,00	8.108,00
Donativos	27.110,35	32.887,07
Total	1.223.220,37	1.118.980,06

Na rubrica Donativos, estão refletidos os donativos recebidos (Numerário, Espécie e Anónimos), sendo que os donativos em espécie correspondem a 25.610€ em 2025 e 32.887€ em 2024.

20 – CUSTO DOS MATERIAIS CONSUMIDOS

Descrição	2025				2024
	Inventário 01/01/25	Compras	Inventário 31/12/25	Consumo do Ano	Consumo do Ano
Material Clínico, Medicam. e Fraldas	11.794,23	215.400,90	12.572,61	214.622,52	179.853,30
Consumíveis Refeitório	0,00	241.168,52	0,00	241.168,52	410.400,67
Material Limpeza e Outros	8.224,79	94.861,79	7.905,47	95.181,11	94.088,96
Total	20.019,02	551.431,21	20.478,08	550.972,15	684.342,93

21 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos nos exercícios findos em 31.12.2025 e em 31.12.2024 é detalhada conforme se segue:



Descrição	2025	2024
621 - Subcontratos	503.844,24	-
622 - Serviços especializados		
. Trabalhos Especializados	93.831,04	46.331,70
. Publicidade e propaganda	1.083,63	1.075,02
. Vigilância e segurança	-	-
. Honorários	737.260,92	687.877,39
. Comissões	55.104,00	26.224,01
. Conservação e reparação	31.141,74	42.386,47
. Serviços Bancarios	28.503,94	32.188,68
623 - Materiais		
. Ferramentas e Utencilios Desgaste Rapido	7.624,67	180,00
. Material de Escritório	16.913,37	14.474,84
. Outros	3.571,35	13.903,56
624 - Energia e fluidos		
. Electricidade	119.341,59	77.457,45
. Combustíveis	172.554,36	165.346,44
. Água	60.020,11	55.219,06
625 - Deslocações, estadas e transportes	52,30	209,25
626 - Serviços Diversos		
. Rendas e alugueres	31.930,83	22.733,68
. Comunicação	55.325,74	49.930,63
. Seguros	32.823,47	31.911,83
. Contencioso e Notariado	366,00	1.505,93
. Despesas de Representação	4.303,23	6.287,37
. Limpeza, Higiene e Conforto	9.839,65	11.241,55
. Outros Serviços	50.834,23	43.109,55
TOTAL	2.016.270,41	1.329.594,41

O aumento na rubrica Subcontratados deve-se a celebração de contrato de fornecimento de refeições, a partir de Junho de 2025, com a empresa ITAU.

Na rubrica de Trabalhos Especializados está incluído o montante de 9.840,00 euros, acrescido do respetivo iva, referente aos honorários respeitantes à Revisão Legal das Contas.

O aumento nos trabalhos especializados deve-se à utilização da plataforma para a contratação do serviço de enfermagem e dos rentings dos equipamentos para as valências.

22- GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 detalha-se como segue:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	3.414.616,80	3.073.569,16
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	21.170,26	15.889,55
Encargos sobre as Remunerações	755.887,62	690.655,35
Seguros de Acidentes no Trabalho	65.153,16	54.284,81
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	18.721,78	18.736,89
Total	4.275.549,62	3.853.135,76



O aumento do valor da rubrica Remunerações ao pessoal deve-se, essencialmente:

- Atualização do salário mínimo nacional de 820 euros para 870 euros;
- Admissão de trabalhadores devido ao funcionamento normal do Lar Acácio Barradas.

23 – IMPARIDADES e PROVISÕES

Nos exercícios de 31.12.2025 e 31.12.2024 estas rubricas apresentam os seguintes detalhes:

Descrição	2025	2024
Imparidades		
Reforço Imparidade Quotizações	-	-
Imparidade Utentes	(47.400,68)	(3.578,45)
Reforço Imparidade Outros Devedores	-	-
Reversão imparidade de outros devedores	3.000,00	3.000,00
Total de Imparidades	-44.400,68	-578,45
Provisões		
Reforço Outras Provisões	-	-
Provisão Processos Judiciais em curso	-	-
Diminuição Provisão Processos Judiciais em Curso	-	-
Total de Provisões	0,00	0,00

A principal alteração nesta conta deve-se ao reforço da imparidade do valor dos utentes feita em 2025.

24 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 detalha-se como segue:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	717.071,92	539.800,63
Outros rendimentos e ganhos	96.421,58	79.552,60
Total	813.493,50	619.353,23

O valor dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros em 2025 contempla a mais valia da venda de património no valor de 620.000,00€ e o valor de rendas obtidas no ano de 96.460,00€.

25 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 detalha-se como segue:

Descrição	2025	2024
Impostos	9.294,05	1.852,32
Gastos em Investimentos não Financeiros	-	-
Outros Gastos	40.877,23	18.158,37
Total	50.171,28	20.010,69



26 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 2025 e 2024 os gastos com depreciações apresentavam-se como segue:

Descrição	2025	2024
Propriedades de Investimento	69.362,01	72.347,32
Activos Fixos Tangiveis	178.113,47	136.545,40
Total	247.475,48	208.892,72

O aumento ocorrido deve-se ao início da amortização do Lar Acácio Barradas.

27 – JUROS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	104.966,73	124.871,64
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	104.966,73	124.871,64

28 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

29 - DATA DE AUTORIZACÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 04 de março de 2026.



9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS

CONTAS	Lar Dr. Paula Borba	Lar Acácio Barradas	CAID	Apoio Domiciliário	CATI	TOTAIS
Prestação Serviços	1 346 558,89	758 987,39	797 175,97	213 416,64	1 642 624,91	4 758 763,80
Subsídios e Doações	5 815,30	2 045,90	677 955,78	519 762,13	6 797,03	1 212 376,14
Custo Materias Consumidas	-153 416,22	-62 172,50	-134 654,87	-36 619,10	-156 222,71	-543 085,40
Forneci. Serviços Externos	-338 987,76	-174 055,79	-348 298,33	-219 868,49	-469 764,69	-1 550 975,06
Custos c/ Pessoal	-842 998,70	-581 072,38	-970 953,12	-505 663,88	-1 018 233,45	-3 918 921,53
Imparidade / Reversões	-14 563,64	-3 385,94	-10 700,14	0,00	-15 750,96	-44 400,68
Outros Ganhos Rend.	840,31	30 714,18	31 962,49	709,00	7 533,55	71 759,53
Outros Gastos Perdas	-6 956,65	-5 513,23	-9 670,60	-5 825,30	-12 888,82	-40 854,60
Result. antes deprecia. e financ.	-3 708,47	-34 452,37	32 817,18	-34 089,00	-15 905,14	-55 337,80
Depreciações / Amortizações	-10 337,78	-88 800,43	-54 776,98	-9 530,50	-11 195,29	-174 640,98
Resultado operacional	-14 046,25	-123 252,80	-21 959,80	-43 619,50	-27 100,43	-229 978,78
Custos Financeiros	-9 567,11	-69 719,99	-5 358,95	-8 814,83	-11 505,85	-104 966,73
RESULTADO ANO	-23 613,36	-192 972,79	-27 318,75	-52 434,33	-38 606,28	-334 945,51

CONTAS	Clínica	Patrimonio	Administração	TOTAIS
Prestação Serviços	583 438,65	0,00	12 256,00	595 694,65
Subsídios e Doações	0,00	97,88	10 746,35	10 844,23
Custo Materias Consumidas	-7 720,99	-165,76	0,00	-7 886,75
Forneci. Serviços Externos	-341 421,15	-85 842,04	-38 032,16	-465 295,35
Custos c/ Pessoal	-221 631,64	0,00	-134 906,85	-356 538,49
Imparidade / Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ganhos Rend.	8 246,00	717 863,92	16 102,93	742 212,85
Outros Gastos Perdas	-2 800,01	-6 169,74	-436,53	-9 406,28
Result. antes deprecia. e financ.	18 110,86	625 784,26	-134 270,26	509 624,86
Depreciações / Amortizações	-2 085,53	-69 364,19	-1 384,78	-72 834,50
Resultado operacional	16 025,33	556 420,07	-135 655,04	436 790,36
Custos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANO	16 025,33	556 420,07	-135 655,04	436 790,36



10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados – S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 14.313.652 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.430.223 euros, incluindo um resultado líquido de 101.845 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reserva” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Conforme referido no Ponto 4 do anexo, os bens do património histórico, artístico e cultural, encontram-se em processo de valorização não estando ainda reconhecidos nas contas da Instituição, razão pela qual não nos foi possível quantificar o impacto dos montantes a registar na rubrica atrás referida. Dado tratar-se de bens não sujeitos a depreciação, o registo dos mesmos, terá um efeito positivo nos ativos fixos e nos fundos patrimoniais da Instituição.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com

Capital Social 10.000 euros – NIPC / Nº da Matrícula na C.R.C. de Lisboa 501 308 970
Inscrição nº 13 na Lista da OROC e Registo nº 20161375 da CMVM
Sede: Rua Dr. Faria de Vasconcelos, 5 – 1º Dtº., 1900-206 Lisboa, Portugal
Tels. (351) 218 471 888 / 218 485 683 Site: <https://www.pcar-sroc.pt>



**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização. Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de março de 2026

Patrício Cruz, A. Rodrigues & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Registada na CMVM com o nº 20161375

Representada por

Patrício Viriato da Cruz, R.O.C. nº 162
Registado na CMVM com o nº 20160035



11 – PARECER DO DEFINITÓRIO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Parecer do Definitório Relativo ao Exercício de 2025

Caros Irmãos,

No cumprimento das competências que lhe são conferidas pelo artigo 32.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (SCMS), vem o Definitório apresentar e submeter à apreciação da Assembleia Geral o seu parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referentes ao exercício transato, findo em 31 de Dezembro de 2025.

1. Introdução e Nota de Reconhecimento

O Definitório procedeu à análise das contas de 2025, registando com agrado o empenho da Mesa Administrativa na gestão das diversas valências. É de destacar a resiliência demonstrada perante um contexto económico desafiante e a apresentação de um resultado líquido positivo de **101.844,85 €**, que espelha uma trajetória de recuperação face aos **277,74€** do ano anterior. Registamos também que o **EBITDA** se fixou nos **454.287,06 €**, o que indica uma forte capacidade operacional para gerar fundos antes de encargos financeiros e amortizações. O passivo reduziu **4,05%** no último ano, totalizando **5.883.428,50 €**, fruto do cumprimento rigoroso dos compromissos bancários.

2. Evolução da Estrutura de Custos e Pessoal

Este órgão fiscal acompanhou a evolução dos gastos operacionais, dando nota de um crescimento de **10,96%** nos gastos com pessoal. Reconhece-se que este aumento deriva, em grande medida, de imperativos legais (atualização do Salário Mínimo Nacional e acordos de contratação coletiva) e do necessário reforço de quadros técnicos para assegurar a qualidade dos serviços e a abertura plena do Lar Acácio Barradas, devendo no entanto manter-se um registo de contenção futura nesta rubrica.

Regista-se ainda a implementação do modelo de *outsourcing* na área da alimentação, uma decisão de gestão com vista à profissionalização deste serviço e que reduz o esforço com “pessoas” e “Consumíveis de Refeitório”, mas que implica, em contrapartida, um aumento na rubrica de fornecimentos e Serviços Externos. Dito isto, recomendamos a monitorização contínua do rácio custo-benefício desta solução durante o próximo exercício.

3. Sustentabilidade e Gestão de Ativos

O Definitório sublinha uma vez mais a relevância das mais-valias obtidas através da alienação de património (**620.000,00 €**), que voltaram a permitir não só o equilíbrio das contas, mas também a continuidade da já referida redução do passivo bancário. Contudo, por dever de prudência, este conselho sugere à Mesa Administrativa uma reflexão sobre a **sustentabilidade de longo prazo** no sentido de encontrar um novo modelo de diversificação de receitas recorrentes, entre outras medidas que a mesa administrativa considere oportunas, por forma a preservar o património ainda existente. Aqui chegados, a prioridade deverá ser, gradualmente, reduzir a necessidade de alienação de ativos para a cobertura de custos operacionais correntes, salvaguardando o legado da Instituição para as gerações futuras.

4. Perspetivas para 2026

Perante a nova subida do Salário Mínimo Nacional para **920 €** em 2026, o Definitório manifesta a sua total confiança na capacidade da Mesa Administrativa para encontrar soluções de equilíbrio, nomeadamente através da sua capacidade de diálogo com as entidades tutelares para o ajuste dos acordos de cooperação face a uma nova realidade que se prevê cada vez mais de elevada inflação.



5. Conclusão

Face à análise efetuada, o Definitório expressa o seu **Parecer Favorável** à aprovação do Relatório e Contas de 2025, bem como à proposta de aplicação de resultados.

Este órgão reforça a sua confiança nos órgãos executivos, mantendo-se disponível para colaborar na monitorização dos riscos identificados, de forma a garantir que a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal continue a sua nobre missão com a solidez financeira que a caracteriza.

Setúbal, 13 de Março de 2026

O Definitório,

Pedro Manuel Moreira da Conceição – Presidente

Fernando Manuel Monteiro – Vice-Presidente

Rui Manuel Cardoso Ferreira de Melo - Secretário

